

ROTEIRO DE ESTUDOS/ATIVIDADES

UME: PEDRO II

COMPONENTE CURRICULAR: História - 8º ANO A, B e C

UNIDADE TEMÁTICA: Os processos de independência nas Américas e Brasil no séc. XIX.

OBJETOS DE CONHECIMENTO: Tutela da população indígena e Primeiro Reinado.

HABILIDADE: EF08HI14B e EF08HI15.

PROFESSOR(ES): Carlos Roberto de Messias.

PERÍODO DE 22/06 a 30/06/2021

Enviar para o e-mail carlos01793572801@educa.santos.sp.gov.br

História	
Tema: REBELIÕES NA AMÉRICA	
Orientação	I. Estou disponibilizando vários materiais para você estudar em casa: Os textos abaixo, links de textos e videoaulas para você ver e rever de acordo com seu ritmo e sua compreensão. Assim, você poderá, com mais tempo, estudar ainda mais e responder as questões que você encontrará nas atividades.
Textos	Os indígenas sob tutela Em grande parte da história, os povos indígenas que vivem no atual Brasil estiveram sob a tutela de algum poder exterior às suas organizações sociais. Desde meados do século XVI até 1755, os jesuítas detiveram o poder de decisão sobre eles. A partir de 1755, o Marquês de Pombal, ministro do rei de Portugal, retirou a tutela dos jesuítas em nome da liberdade dos indígenas. Dois anos depois, o governo português publicou o chamado Diretório dos Índios, uma lei que tinha como pretexto garantir a integração dos indígenas à sociedade colonial, transformando-os em súditos do rei de Portugal. A justificativa era civilizar os indígenas, ou seja, fazer com que os nativos abandonassem seus costumes – considerados pelos portugueses, de forma preconceituosa, como atrasados – e adquirissem hábitos e costumes europeus. Na prática, uma visão etnocêntrica. Na realidade, o Diretório visava normatizar diversas práticas coloniais, entre elas o uso da mão de obra indígena pelos colonos e governo. E, para tanto, as aldeias indígenas foram colocadas sob a tutela de um diretor, uma vez que os portugueses consideravam os indígenas incapazes de se governar. Os indígenas entre 13 e 60 anos de idade tornaram-se obrigados a trabalhar e a pagar o dízimo. Além disso, foram instituídas outras imposições: estavam obrigados a falar apenas o português, deveriam adotar sobrenomes portugueses; construir moradias no estilo dos colonizadores e adotar a fé cristã, por exemplo. Essas situações provocaram diversas resistências, resultando em desentendimentos, fugas e conflitos. Tutela: termo jurídico que define a proteção a alguém considerado mais frágil, como os menores de idade. Etnocentrismo: consiste em ver a cultura e o modo de vida dos outros apenas pelo seu ponto de vista. Considera assim seu grupo étnico, sua religião melhor do que a dos outros. Compulsório: obrigatório.

Textos	O fato é que, se até o final do século XVIII, interessou aos colonizadores principalmente o acesso compulsório à mão de obra nativa, a partir do século XIX, o governo português adotou uma postura de tomar as terras indígenas para ampliar o processo de colonização do território. E sempre que julgou necessário, agiu com violência, exterminando os povos resistentes.  Processo da independência Em 1815, portugueses e ingleses expulsaram as tropas napoleônicas de Portugal. A partir de então, os portugueses exigiram a volta de D. João ao país. Em 1820, explodiu na cidade portuguesa do Porto uma revolta, conhecida como Revolução Liberal do Porto, cujo principal objetivo era diminuir os poderes absolutos do rei. Os portugueses formaram um governo provisório e convocaram uma assembleia para elaborar e aprovar uma Constituição para Portugal. Essa assembleia ficou conhecida como Cortes. Reunidas em Lisboa, as Cortes o retorno de D. João VI a Portugal. A pressão surtiu efeito e, em abril de 1821, o rei embarcou rumo a sua pátria, deixando o filho D. Pedro como príncipe regente do Brasil. As Cortes passaram a tomar medidas que foram mal recebidas no Brasil. Uma delas, por exemplo, estabelecia que cada província brasileira deveria obedecer a ordens diretas de Lisboa, e não do Rio de Janeiro. Além disso, exigiam o retorno imediato a Portugal do príncipe D. Pedro. Para os brasileiros, era como se as Cortes quisessem rebaixar novamente o Brasil à condição de colônia de Portugal. Isso desagradou parte da elite que, em janeiro de 1822, apoiou a permanência do príncipe e a decisão de não se submeter às pressões vindas de Portugal. Em junho do mesmo ano, amparado por seus apoiadores, D. Pedro convocou uma Assembleia Constituinte com o objetivo de elaborar uma Constituição para o Brasil, e, em setembro, reagindo às novas pressões portuguesas, proclamou a Independência do Brasil. Assim, o Brasil saía da condição de Reino Unido a Portugal e Algarves para tornar-se uma nação independente e soberana. Diante do novo contexto político, no dia 1º de dezembro de 1822, o príncipe regente foi coroado imperador no Rio de Janeiro com o título de D. Pedro I.  Consolidação da independência A Proclamação da Independência não foi recebida com satisfação por alguns setores da sociedade, principalmente os portugueses que viviam no Brasil. Lutas armadas irromperam em diferentes partes do território, como na Bahia, no Piauí, no Ceará e no Maranhão. A vitória das forças legalistas, formada por civis, militares, pessoas escravizadas que lutavam em troca de liberdade, e até mesmo tropas mercenárias da Europa, conseguiu impedir a fragmentação do território brasileiro e garantiu a unidade territorial da jovem nação, como explica o boxe a seguir.
----------------------	--

A nação brasileira

De modo geral, a palavra nação é empregada para designar um povo que vive em um território definido e compartilha entre si língua, cultura, crenças e uma experiência histórica em comum. Por isso, muitos historiadores afirmam que, em 1822, o Brasil ainda não era uma nação no sentido pleno do termo. Para alguns, na época, a população que vivia no território brasileiro encontrava-se dispersa e reunia tradições e interesses quase sempre diferentes. Em comum, tinham apenas o idioma português. Mesmo as crenças praticadas iam além do catolicismo oficial.

Para esses historiadores, os confrontos ocorridos após a independência ajudaram a nascer um sentimento de identidade entre parte da população nativa. Assim, a palavra “brasileiro” passou a ser usada como expressão de pertencimento a uma mesma nação e a uma história comum. As lutas políticas ocorridas durante o governo de D. Pedro I e a crescente valorização das coisas das terras, em oposição aos produtos e pessoas de fora teriam dado origem, nas décadas seguintes, a um sentimento nacionalista suficientemente forte para possibilitar o nascimento da nação brasileira.

O Primeiro Reinado

O Brasil é governado por presidentes da República, escolhidos pela população a cada quatro anos. Mas nem sempre foi assim: o país já teve dois reis, aqui chamados de imperadores. Isso porque, após tornar-se independente de Portugal, no começo do século XIX, o Brasil foi a única nação da América do Sul a adotar a monarquia como forma de governo. Todos os outros países sul-americanos deixaram de ser colônias para se tornar repúblicas independentes.

O primeiro monarca do Brasil independente foi D. Pedro I. Ele comandou o processo de independência do país em 1822, mas abdicou do trono em 1831, após perder o apoio das **elites**. Em 1840, seu filho, D. Pedro II, então com 14 anos, assumiu o Império Brasileiro e se tornou o segundo imperador do país. Entre 1831 e 1840, o país foi governado por regentes. Foi um período bastante tenso, com a eclosão de um grande número de revoltas em diversas partes do Brasil e que quase provocaram a fragmentação do território brasileiro.



Atividades



- A litografia colorida à mão de Jean-Baptiste Debret (1768-1848) reproduz um pano de boca, uma espécie de cortina de palco utilizada nos teatros do século XIX. Este pano de boca foi criado para uma apresentação no teatro da corte por ocasião da coroação de D. Pedro I, imperador do Brasil, no fim de 1822.

	A ideia da imagem era representar o governo cercado por alguns elementos que compunham o império. É possível identificar na imagem uma família de negros, indígenas, paulistas, membros do exército e uma figura feminina representada no trono imperial. Além deles, também está representada a cana-de-açúcar e o café. Com base nessas informações e no conteúdo do roteiro, responda ao que se pede. 1. A obra foi encomendada para construir uma representação positiva do império e do imperador. De que maneira essa representação positiva foi construída na imagem? 2. Durante o Império, a construção de símbolos que representavam o governo e a sociedade brasileira era realizada, entre outros meios, pela produção de obras de arte plástica, como a pintura de Jean-Baptiste Debret. No presente, o governo e a sociedade continuam produzindo representações que simbolizem a sociedade brasileira, mas usam outros meios de expressão para isso. Apresente alguns exemplos de meios de expressão nos quais podemos encontrar símbolos da sociedade brasileira. 3. As pessoas que lutaram pela independência da América, acreditavam que essa era uma forma importante de conquistar a liberdade e elaborar uma sociedade melhor na região. Atualmente, muitas pessoas desejam construir uma sociedade mais livre e justa. Em sua opinião, quais são as melhores formas de se lutar por esses objetivos no presente?
Onde encontro o conteúdo	Videoaula – A tutela da População indígena Disponível em: https://youtu.be/7dKtQq4A5BM Acesso em 20 junho 2021 Site Mundo Educação Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/primeiro-reinado.htm Acesso em 20 junho 2021